

## **CAPÍTULO 1**

### **ECONOMIA DE COMUNHÃO**

#### **1.1 Introdução**

Em princípio, deve-se ter em mente o atual cenário econômico e social, no qual seres humanos estão vivendo, ou melhor, tentando viver, sendo constantemente condicionados a pensarem e agirem conforme a lógica da economia de livre mercado, que acaba por reduzir a sociedade a um espaço anônimo, no qual se visa à afirmação individualista de pessoas e povos, transformando os seus relacionamentos em intercâmbios interesseiros e egoístas, e as suas aspirações, em uma permanente busca de maior rendimento.

Hoje, no campo econômico, tudo parece ainda centrado em conceitos de competição, de sucesso, de lucro, que só podem ser obtidos com a derrota e o insucesso dos outros agentes. A lei da concorrência até as últimas conseqüências é, aparentemente, a única ordem possível na economia de mercado, sendo o mecanismo privilegiado necessário para orientar a economia e o mercado de trabalho, uma vez que enriquecer de qualquer modo se converte em ideal supremo.

Sabe-se que esse modelo econômico vigente está fundamentado em uma concepção de economia voltada para a geração e acumulação máxima de riqueza, de capital. Porém, a busca da concretização histórica desse postulado tem produzido uma realidade cheia de graves problemas sociais e econômicos.

Logo, a pobreza e a riqueza extremas, a concentração do poder econômico, a degradação da natureza, a violência, a infelicidade e a desarmonia, a todos evidentes, exigem que se coloque em discussão a cultura econômica hoje dominante, que se demonstra insuficiente, ineficaz, degradante e desumana.

É impensável que os povos agüentem, ainda por muito tempo, prosseguir nessa estrada, que converge, indubitavelmente, a um desastre total.

Por isso, nos diversos encontros internacionais, tem-se destacado, essencialmente, que o desenvolvimento não concerne apenas à economia, mas esta é função daquele, concluindo, com isso, que o desafio contemporâneo é a criação de um modelo de desenvolvimento centrado no ser humano, sendo necessária a construção de uma cultura de cooperação e parceria.

Nesse sentido, corroborando essa urgente necessidade de mudança e busca de alternativas, o professor doutor austríaco, Hans Burkard, afirma o seguinte:

A tarefa mais importante para alcançar um desenvolvimento está na erradicação da pobreza. Para alcançar isso, há que se estimular a produção. No entanto, por seu impacto negativo sobre a natureza e sobre o tecido social, não se pode continuar com os métodos de produção atuais e muito menos aumentar a

produção desta maneira. Donde se conclui que são necessárias mudanças profundas em nosso modo de produzir e consumir.<sup>1</sup>

Assim sendo, com o objetivo de contestar abertamente a idéia de que, para fazer funcionar a máquina da economia, seja necessário o impulso que deriva de uma cultura da exterioridade, da ambição e da busca de superioridade sobre os outros (de poder, de posse, de prestígio), apresenta-se a Economia de Comunhão, comprovando que a atividade econômica pode ser desenvolvida segundo uma nova cultura, que coloca o homem e seus valores, no centro de todas as decisões.

Não se trata de uma teoria sócio-econômica abstrata, nem mesmo de uma sociedade paralela, fechada em si e desvinculada do contexto social, pois se sabe que a atuação ocorre no âmbito de uma economia de mercado, que tem suas regras implacáveis e seus desequilíbrios no interior dos países e entre estes, o que exige agentes de extrema capacidade técnica, preparo e seriedade, que compreendam as exigências e oportunidades segundo as culturas locais.

O fato é que a Economia de Comunhão se apresenta como um modelo concreto, já atuante, capaz de proclamar com fatos, à sociedade de hoje, que este novo caminho proposto é possível de ser percorrido e funciona.

Considere-se, portanto, que não se trata de um novo sistema econômico, mas sim de uma contribuição para uma cultura econômica que consiga se libertar das distorções da cultura dominante.

---

<sup>1</sup> CENTRO DE ESTUDOS, PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DA ECONOMIA DE COMUNHÃO. *Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho – 1999*. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, 2000. p. 69.

## 1.2 Histórico

Para se compreender o nascimento do Projeto Economia de Comunhão, faz-se necessário retornar ao ano de 1943, quando surgiu o Movimento dos Focolares.

Este Movimento foi fundado por Chiara Lubich, em plena Segunda Guerra Mundial, na cidade de Trento, Itália. A sua “carta magna” é contribuir para a unidade entre todos, ou seja, superar todas as divisões do mundo, grandes ou pequenas, tais como entre ricos e pobres, entre as raças, entre os povos, entre as gerações. Dessa forma, o seu lugar de atuação é exatamente lá onde há diferenças danosas, desequilíbrios, falta de unidade, a fim de contribuir na sua solução.

Finda a guerra, o Movimento começou sua rápida expansão; a princípio, pela Itália e, de 1956 em diante, pela Europa, incluindo a oriental, depois pelos outros continentes. Atualmente, tem mais de 5 milhões de membros de todas as raças, línguas, nações e religiões, espalhados pelo mundo inteiro, em 182 nações.

Chegou ao Brasil em 1958 e espalhou-se, desde então, por todo o país, atraindo pessoas das mais diversas categorias sociais, contando com 250 mil membros aderentes.

Em maio de 1991, Chiara Lubich visita o Brasil e constata que o cenário sócio-econômico do país não mudara muito em relação aos anos 60 (sua primeira visita ao país), mas se agravara. Ao chegar em São Paulo, ela se defronta com o escandaloso espetáculo do cinturão de favelas que rodeia a

cidade, convivendo, muitas vezes, lado a lado com milhares de arranha-céus. Era a expressão do contraste existente entre um reduzido número de pessoas demasiadamente ricas e uma multidão de miseráveis.

Segundo a socióloga brasileira Vera Araújo,

O Brasil é como um esboço das contradições que marcam a época contemporânea. É um espaço onde se pode ver e constatar de modo intenso a linha divisória entre Norte e Sul, entre desenvolvimento e subdesenvolvimento, entre esbanjamento e pobreza, entre abundância e miséria.<sup>2</sup>

Nesse contexto, não se admitindo a inércia diante da palpável realidade, persistiam as perguntas: o que fazer? Como cooperar para a solução de um problema com tais dimensões?

Dessa forma, em 19 de maio de 1991, Chiara Lubich lança o Projeto Economia de Comunhão na Liberdade, como resposta a tais perguntas, explicitando suas peculiaridades.

Em 1992, o projeto já estava espalhado no mundo inteiro, não somente suas idéias, mas também sua concretização. Em 1996, Chiara recebeu o primeiro (de uma série de doze) título de Doutor *honoris causa* em Ciências Sociais, na Universidade de Lublin, Polônia, quando se definiu a Economia de Comunhão como uma “autêntica revolução copernicana”.

---

<sup>2</sup> COSTA, Rui; ARAÚJO, Vera; BIELA, Adam et al. *Economia de comunhão – projeto, reflexões e propostas para uma cultura da partilha*. 2ª ed. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, 1998. p.17.

Em maio de 1997, o vice-presidente do Brasil, Marco Maciel, conhece de perto a experiência realizada. No ano seguinte, Chiara volta ao Brasil, onde recebe o doutorado *honoris causa* em Economia pela Universidade Católica de Pernambuco, a Medalha de Honra ao Mérito da Universidade de São Paulo e outro título de doutor *honoris causa* em Humanidades e Ciências da Religião, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Apresentou a Economia de Comunhão na Câmara dos Deputados, em Brasília. Por fim, foi condecorada com as insígnias da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul pelo governo brasileiro.

Em 1999, Chiara apresentou o projeto no Congresso “Sociedade de mercado, democracia, cidadania e solidariedade: um espaço de debate”, na França, promovido pelo Conselho da Europa.

Enfim, em 28 de agosto de 2000, a Economia de Comunhão é apresentada, pela primeira vez, em seminário realizado na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova Iorque, o que será aprofundado posteriormente.

### **1.3 Em que consiste**

De fato, a Economia de Comunhão propõe o surgimento de empresas, que desenvolvem uma atividade econômica normal, segundo os princípios da economia de mercado (v.g. aumento da própria competitividade pela melhoria de qualidade, inovação tecnológica, baixa sistemática do custo de produção, aumento da eficiência do trabalho, aperfeiçoamento gerencial e de marketing), nos mais variados setores de atividade, buscando a geração de lucros.

Elas devem se ajustar às diversas formas jurídicas de constituição, previstas nas legislações dos diferentes países. Além disso, não possuem

qualquer tipo de benefício tributário.

Entretanto, a característica que as distingue das empresas convencionais é a repartição de seus lucros em três partes, o que, saliente-se, é optado e decidido livremente pelos empresários.

Uma das partes é destinada ao reinvestimento na própria empresa, para sustentá-la e fazê-la progredir, a fim de que ela sobreviva e permaneça no mercado. Isso é necessário para qualquer empresa, seja para não deteriorar, seja para se modernizar, adquirir novos equipamentos e novas tecnologias e para poder continuar competindo no mercado.

Porém, no caso da Economia de Comunhão, leva-se em consideração um aspecto a mais, qual seja, o empresário tem a explícita intenção de criar novos empregos, novos postos de trabalho, para ajudar as pessoas que estão desempregadas ou subempregadas, uma vez que está imbuído da consciência de que o trabalho é uma dimensão fundamental da existência humana, responsável por conferir a própria dignidade, configurando-se como uma chave essencial de toda a questão social.

A outra parte do lucro é destinada a satisfazer as necessidades elementares de pessoas com dificuldades econômicas, os chamados necessitados, pobres, até que encontrem uma fonte de renda. Ressalte-se, entretanto, que estes não são nem assistidos nem beneficiados, mas, ao contrário, são parte integrante do projeto, ao qual doam as suas próprias necessidades, de maneira digna, numa relação paritária, numa relação de *comunhão*.

Assim sendo, não se trata de assistencialismo ou filantropia, os quais são

caracterizados pela ajuda que os ricos dão aos pobres, num relacionamento unilateral, em que um sujeito dá e não sabe nem mesmo quem recebe, sem qualquer relação pessoal.

Quanto a esse aspecto, vale transcrever as palavras do professor Stefano Zamagni, da Universidade de Bolonha, que demonstram uma outra diferença entre a Economia de Comunhão e a filantropia:

Na Economia de Comunhão, quem aceita essa conduta não separa a produção das riquezas de sua distribuição. Em outras palavras, não aceita a mentalidade segundo a qual os fins justificam os meios. Esta é uma novidade valiosa, porque à base de muitos comportamentos filantrópicos, se encontram pessoas que produzem lucros em abundância e sem escrúpulos, com a justificativa de que estes lucros são destinados a fins humanitários, o que é simplesmente inadmissível.<sup>3</sup>

Dessa forma, na Economia de Comunhão, as pessoas necessitadas são tão membros do projeto quanto os empresários, os trabalhadores, os fornecedores e os clientes, os quais entram numa relação de dar e receber. É evidente, portanto, que a ênfase não deve ser posta no altruísmo, mas, sobretudo, na *reciprocidade*, segundo a qual deve haver uma personalização do relacionamento, deve-se estar em relação com o outro, sendo necessário, para isso, o reconhecimento nele de uma pessoa igual a mim.

Isto é o reflexo da nova cultura vivida por todos que aderem ao Projeto da Economia de Comunhão: a **cultura da partilha**.

---

<sup>3</sup> ZAMAGNI, Stefano. O que pensam sobre a Economia de Comunhão. *Economia de Comunhão – uma nova cultura*. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, n. 9. p.7.



Esta nova cultura é uma cultura ética, que se caracteriza por ser relacional, isto é, propõe um novo modo de relação da empresa com os outros agentes econômicos, baseado em valores fundamentais como a solidariedade, a reciprocidade, a gratuidade, a cooperação, a fim de que todos se abram para a alteridade e se libertem do fechamento, do egoísmo e da busca desmedida do interesse próprio, produzidos pela cultura do ter e do possuir, típica da sociedade moderna consumista, que transformou os homens em seres incapazes de criar relações verdadeiras, profundas e duradouras.

Na cultura da partilha, o homem é considerado tanto na sua essência, como sendo, no seu relacionamento, o centro e a finalidade de toda realidade e atividade, quanto em todas as atitudes e comportamentos que caracterizam as relações humanas.

Com isso, a dimensão do doar-se e do doar aos outros é conhecida e vivida como essenciais à existência humana, o que configura o homem como um ser aberto à comunhão, à relação, contrapondo-se, completamente, a qualquer tipo de individualismo ou coletivismo.

Entretanto, conforme anteriormente mencionado, não é todo tipo de “dar” que leva à cultura da partilha. Sabe-se que existe um modo de dar contaminado pela vontade de poder, demonstrando desejo de dominação e, muitas vezes, de opressão sobre as pessoas. Este dar valoriza apenas a aparência.

Um outro modo de dar, que não consiste em partilhar, é aquele que busca satisfação e gratificação no seu gesto, caracterizando-o como vaidoso e cheio de vanglória, o que é nada menos que egoísmo e culto à própria personalidade. A

consequência dessa atitude é o sentimento de humilhação e ofensa gerado em quem recebe.

Há, ainda, um modo utilitarista e interesseiro de dar, visando ao próprio bem, ao proveito e lucro próprio. Essa atitude é característica do sistema econômico vigente e está presente na sua estrutura-base de pensamento.

Por fim, o modo de dar da cultura da partilha é aquele que se abre a quem recebe, buscando-o com pleno respeito à sua dignidade. Este modo está imbuído de inúmeros valores que definem o próprio gesto de dar, tais como, gratuidade, alegria, generosidade, solidariedade, abundância, desinteresse, afastando, com isso, qualquer risco de mau-entendimento ou instrumentalização.

Dessa forma, as relações humanas assim vividas tendem a ser correspondidas e a se tornarem recíprocas, surgindo, então, a comunhão.

Como se pode ver, na cultura da partilha e, portanto, na Economia de Comunhão, o homem ocupa o centro do processo econômico, sempre em posição ativa, devendo ser capaz de criar estruturas econômicas que estejam a seu serviço, para satisfação de suas necessidades e para seu crescimento.

Assim sendo, a terceira e última parte do lucro é destinada à difusão dessa nova cultura, com o intuito de formar “homens novos”, ou seja, pessoas que possuam essa mentalidade e vivam a cultura da partilha, uma vez que a realização da Economia de Comunhão só é possível com a presença e atuação destes homens novos, isto é, somente se cria uma nova economia com uma nova consciência civil.

Dessa forma, investe-se no desenvolvimento de estruturas aptas a promover uma formação diversificada, segundo as várias características do grupo de pessoas a que se destina, por meio de cursos apropriados, com a finalidade de alcançar uma verdadeira renovação do tecido social.

Supõe-se, para tanto, uma efetiva revisão e transformação de valores e comportamentos correntes na sociedade e introjetados no indivíduo. Isso significa que a pessoa deve assumir um estilo diferente de vida, que se exprime em diversos aspectos, tais como, na aspiração a um relacionamento com o outro feito de abertura recíproca, de estima, de respeito e de partilha da condição humana; num estilo de consumo sóbrio e crítico, que respeite os recursos comuns da humanidade; num uso responsável da própria riqueza, a fim de que ela sirva à promoção do bem-comum; e na partilha dos próprios recursos com aqueles que se encontram em dificuldade, numa atitude de igual dignidade.

Além disso, esse processo de conscientização do homem, mobilizador de sua inteligência, vontade e responsabilidade, também ocorre no interior de cada empresa, onde se procura transmitir aos funcionários aqueles valores fundamentais da cultura da partilha, como sendo a política gerencial da empresa, a fim de que sejam colocados em prática nas inúmeras situações do dia-a-dia, nas relações interpessoais internas e externas da empresa.

Para confirmar tal afirmação, vale mencionar as palavras do professor Benedetto Gui, da Universidade de Pádua (Itália), no seguinte sentido:

Na verdade, a criação – antes de tudo dentro da empresa, mas também fora de seus limites – de um ambiente humano positivo, que favoreça o crescimento pessoal em sentido amplo, além até do plano profissional, é um dos primeiros objetivos dos

promotores da Economia de Comunhão.<sup>4</sup>

Em consequência, a difusão dessa nova cultura atinge, não somente os funcionários, os quais se tornam gradativamente mais conscientes do papel social que desempenham, mas também todos aqueles que estabelecem algum tipo de relacionamento com a empresa.

Neste diapasão, a socióloga Vera Araújo comenta, com muita propriedade o fenômeno:

A empresa, portanto, se abre às necessidades dos outros e se relaciona com campos da humanidade cada vez mais vastos. Os diversos agentes que atuam dentro da empresa podem assim tomar consciência dos conteúdos profundos do seu trabalho, do seu agir.

Mediante o seu trabalho, o homem empenha-se não só para proveito próprio, mas também para os outros e com os outros. O homem trabalha para acorrer às necessidades da sua família, da comunidade de que faz parte, da Nação e, em definitivo, da humanidade inteira. Ele colabora para o trabalho dos outros, que operam na mesma empresa, como também para o trabalho dos fornecedores ou para o consumo dos clientes, numa cadeia de solidariedade que se alarga progressivamente.<sup>5</sup>

Dessa forma, o aumento da possibilidade de sucesso da empresa é significativo, tendo em vista que, de um lado, os funcionários, que compartilham

---

<sup>4</sup> *Op. cit.* in 3, p.65.

<sup>5</sup> ARAÚJO, Vera. A empresa, lugar de comunhão. *Economia de Comunhão – uma nova cultura*. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, n. 2. p.4.

do mesmo estilo de vida dos empresários, atuam como seus parceiros e colaboradores, e, de outro, os fornecedores e clientes, que reconhecem, na atuação ética da empresa, sua integridade, moralidade e honestidade, estabelecem com ela um forte liame de confiança.

Após discorrermos sobre as três destinações dos lucros da empresa, é fundamental frisar que o projeto da Economia de Comunhão se apresenta como uma experiência de *liberdade*, ou seja, cada empresário decide aderir de maneira autônoma ao projeto, na medida sugerida pelas circunstâncias da empresa e pela sua própria situação, sendo aplicada a mesma liberdade de escolha à política de distribuição dos resultados.

Neste momento, vale tecer um breve comentário sobre alguns aspectos da forma de organização interna e atuação dessas empresas. Elas são uma comunidade de pessoas empenhadas na produção de bens e serviços, na qual todos gozam de uma igualdade fundamental de ser e de agir que ultrapassa a função desenvolvida, o que faz surgir a consciência da dignidade de cada trabalhador.

Ao adotar esse modo de administração, a empresa assume uma postura diferente na sociedade. O relacionamento com os concorrentes perde a característica de confronto e passa a mirar uma aproximação amigável e de colaboração recíproca. Consideram-se as reais necessidades e exigências dos clientes, oferecendo-lhes produtos de qualidade e estando sempre prontos a ajudá-los.

Ainda, todos os meios técnicos e organizacionais de proteção ao meio ambiente são utilizados, levando-se em consideração o impacto ambiental que a

produção pode provocar; além de seguir as leis vigentes na sociedade, cumprindo suas obrigações legais - pagando todos os tributos e observando outras prescrições sociais.

Por fim, vale citar um comentário feito pelo professor doutor Luigino Bruni, da Universidade Estadual de Milão, com relação a essas empresas:

a) são privadas e voluntárias: isto é, nascem da vontade de pessoas individuais; b) apresentam, em qualquer nível, um elemento de gratuidade: o motivo que as suscita não se reduz à lógica, em primeiro lugar, do proveito individual; c) têm como elemento a idealidade: nascem porque seus protagonistas têm ideais supra-econômicos; d) promovem um benefício público (que, direta ou indiretamente, aumenta o bem-estar de alguém, além do bem-estar dos protagonistas); e) os relacionamentos caracterizam-se pela reciprocidade: não se distingue facilmente quem doa e quem recebe, pois as trocas se movem em direção dupla.<sup>6</sup>

Com isso, tem-se uma empresa que atua de forma consciente e responsável, colocando o ser humano no centro de suas decisões, o que resulta na constante busca do bem-comum.

## **1.4 Considerações finais**

Como se pode ver, a Economia de Comunhão apresenta uma proposta que não se limita a revigorar as potencialidades humanas, mas também cria condições objetivas de responder ao problema da acumulação exacerbada da

---

<sup>6</sup> *Op. cit. in 3, p.50.*

renda e da riqueza, que tem determinado a situação de miséria espalhada por todos os cantos do mundo hodierno. Dessa maneira, a razão de existir desse projeto está plenamente fundamentada na busca e no alcance de uma solução para os problemas internacionais de caráter econômico e social, chegando, inclusive, a atingir os de caráter cultural e humanitário.

Ademais, faz-se necessário lembrar que a referida cultura da partilha já tem sido vivida, internacionalmente, desde o início do Movimento dos Focolares, em âmbito pessoal. Com o advento da Economia de Comunhão, surge o aspecto da produção, que consiste em fazer frutificar os próprios bens, a fim de que sejam gerados outros, em multiplicá-los de forma que se tenha mais bens ainda para se colocar em comum, para distribuir, segundo as três destinações acima explicadas, assumindo, então, a forma de um verdadeiro agir econômico, inserido no corpo social de modo ativo.

Este profundo desafio cultural tem por base a transformação do tempo da ação humana em uma ocasião de cooperação, sendo que os resultados econômicos são vistos como o fruto da comunhão.

Ressalte-se, portanto, que não se trata da chamada *terceira via*, uma vez que a Economia de Comunhão não é um novo sistema econômico, que visa a substituir o socialismo ou o capitalismo, mas, sim, uma contribuição para uma nova cultura econômica, que consiga se libertar das distorções da cultura dominante, contando, para isso, com um “homem novo” e com uma nova cultura, a “cultura da partilha”, visando à resolução dos problemas econômicos e sociais.

Por fim, é possível vislumbrar, perfeitamente, o significado da Economia

de Comunhão, ao ler a preciosa observação do saudoso deputado André Franco Montoro: “Essa Economia de Comunhão é um aspecto da grande mudança de que o mundo necessita: substituir o lucro como valor fundamental, pela pessoa humana.”<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> CALLIARI, Ginetta. Recordando Franco Montoro. *Noticiário Mariápolis*. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, 1999, n. 11. p.23.



## **CAPÍTULO 2**

### **ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS**

#### **2.1 Breve histórico do surgimento**

Conforme exposto anteriormente, o objetivo desta pesquisa é demonstrar a possibilidade de concretização efetiva daquilo que está previsto na Carta das Nações Unidas, especificamente, no que tange à resolução dos problemas internacionais de caráter econômico e social.

Dessa forma, em princípio, faz-se necessário um breve relato sobre o surgimento, a estrutura e os objetivos da Organização das Nações Unidas (“ONU”), a fim de se contextualizar a elaboração desta Carta e sua importância.

Os primeiros passos em direção à criação da ONU foram a assinatura da Declaração Interaliada, em 12 de junho de 1941, e da Carta do Atlântico, em 14 de agosto de 1941; ambas propondo uma colaboração internacional para manter a paz e a segurança coletiva, sendo que, na segunda, já surge a idéia de colaboração entre os Estados para o progresso econômico e social.

Em 1º de janeiro de 1942, em meio à 2ª Guerra Mundial, os países que

lutavam contra as forças do Eixo formaram uma aliança, consubstanciada na Declaração das Nações Unidas. Esta foi a primeira vez que se utilizou a expressão “Nações Unidas”, sugerida pelo então Presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt.

Entretanto, o lançamento da idéia da criação de uma organização internacional pós-guerra ocorreu em outubro de 1943, na Conferência de Moscou, o que fora reafirmado na Conferência de Teerã, em dezembro do mesmo ano.

Em 1944, os Estados Unidos, o Reino Unido, a União Soviética e a China realizaram a Conferência de Dumbarton Oaks (Washington), quando prepararam as proposições iniciais para a constituição da nova organização, tais como objetivo, estrutura e funcionamento.

Na Conferência de Yalta, em fevereiro de 1945, resolveram os últimos pontos sobre a futura organização internacional e decidiram a convocação das Nações Unidas que lutaram contra o Eixo para a Conferência de São Francisco, em 25 de abril do mesmo ano.

A denominação oficial desta Conferência era “Conferência das Nações Unidas para a Organização Internacional”, e dela participaram representantes de 50 nações, que ficaram reunidos até 26 de junho de 1945.

Foi nesta conferência que a Carta da ONU ou Carta das Nações Unidas foi preparada, entrando em vigor em 24 de outubro de 1945. Com isso, dada à

importância do documento, diz-se que a comunidade internacional passou a ter uma espécie de “Constituição”.<sup>8</sup>

Atualmente, a Organização das Nações Unidas é composta por 190 membros (setembro/2002) e sua sede principal é na cidade de Nova Iorque.

Por fim, para se compreender claramente o que é uma organização internacional, vale transcrever as palavras do ilustre jurista Celso D. de Albuquerque Mello:

A definição de Sereni é a mais longa, mas também a mais completa: “é uma associação voluntária de sujeitos de direito internacional, constituída por ato internacional e disciplinada nas relações entre as partes por normas de direito internacional, que se realizam em um ente de aspecto estável que possui um ordenamento jurídico próprio e é dotado de órgãos e institutos próprios, por meios dos quais realizam as finalidades comuns dos seus membros mediante funções particulares e o exercício de poderes que lhe foram conferidos.”<sup>9</sup>

## **2.2 A Carta das Nações Unidas**

A Carta das Nações Unidas é composta por 111(cento e onze) artigos, divididos em 19(dezenove) capítulos, os quais, além de exporem os objetivos da nova organização internacional, se incumbem de versar sobre seus membros, sua estrutura e funcionamento.

---

<sup>8</sup> PEREIRA, André Gonçalves; QUADROS, Fausto de. *Manual de Direito Internacional Público*. Coimbra. Almedina. 1997. p. 498

<sup>9</sup> MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Direito Internacional da Integração*. Rio de Janeiro, Renovar, 1996. p. 95.

A importância deste documento pode ser entendida ao se analisar as observações feitas pelo próprio Professor Celso D. de Albuquerque Mello:

Na verdade, a Carta da ONU, apesar de ser um tratado, possui características de uma Constituição, como bem assinala Ross. Este aspecto é ressaltado claramente na supremacia que tem a Carta da ONU em relação a todo e qualquer tratado internacional que não pode violar os seus dispositivos imperativos.<sup>10</sup>

Quanto à estrutura da nova organização, a ONU possui seis órgãos principais, quais sejam: Conselho de Segurança, Assembleia Geral, Conselho Econômico e Social, Conselho de Tutela, Secretariado e Corte Internacional de Justiça, bem como órgãos subsidiários, que por estes podem ser criados.

A cada órgão principal é dedicado um capítulo da Carta, que determina a composição, as funções e atribuições, o procedimento de votação (quando cabível) e o funcionamento de cada um deles.

Além desses órgãos, a ONU atua através de programas e fundos, por exemplo, o PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, e coordena a atividade de várias organizações especializadas, tais como a OIT – Organização Internacional do Trabalho e o FMI – Fundo Monetário Internacional, por meio do Conselho Econômico e Social.

No que diz respeito aos objetivos da Organização das Nações Unidas, nos quais se baseia, fundamentalmente, a presente pesquisa, vale transcrever o artigo 1º da Carta, inserido no Capítulo I – “Propósitos e Princípios”:

---

<sup>10</sup> MELLO, Celso D. de Albuquerque. *Curso de Direito Internacional Público*. Rio de Janeiro, Renovar, 1997, v.1. p.600.

ARTIGO 1º - Os propósitos das Nações unidas são:

1. Manter a paz e a segurança internacionais e, para esse fim: tomar, coletivamente, medidas efetivas para evitar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos e de conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajuste ou solução das controvérsias ou situações que possam levar a uma perturbação da paz;
2. Desenvolver relações amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e de autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal;
3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião; e
4. Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.<sup>11</sup> (grifo nosso)

A partir desse momento, será dado maior destaque ao objetivo descrito no item 3 acima, no que tange à cooperação internacional a fim de conseguir uma solução para os problemas internacionais de caráter econômico e social.

---

<sup>11</sup> RANGEL, Vicente Marotta. *Direito e relações internacionais*. São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 1997. p. 32

Nesse sentido, ao continuar analisando a Carta, encontra-se um capítulo dedicado especialmente a esse tema: “Capítulo IX – Cooperação Internacional Econômica e Social”, do qual se dará ênfase ao artigo 55, letra b, qual seja:

ARTIGO 55 - Com o fim de criar condições de estabilidade e bem estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão:

a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social;

b) a solução dos problemas internacionais econômicos, sociais, sanitários e conexos; a cooperação internacional, de caráter cultural e educacional; e

c) o respeito universal e efetivo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.<sup>12</sup> (grifo nosso)

Estas funções na área econômica e social da ONU serão exercidas pela Assembleia Geral e, sob sua autoridade, pelo Conselho Econômico e Social, conforme se depreende da leitura do artigo 60 deste mesmo capítulo.

Para o desempenho de suas tarefas, o Conselho Econômico e Social, além de coordenar as atividades das entidades especializadas, que são definidas, no artigo 57 como “*organismos estabelecidos por acordos intergovernamentais, que têm amplas responsabilidades internacionais, ... nos campos econômico,*

---

<sup>12</sup> Idem Ibidem. p.49

*social, cultural...*”, pode efetuar consultas com organizações não-governamentais (artigo 71).

Segundo Hee Moon Jo, em seu livro *Introdução ao Direito Internacional*:

Tais consultas já foram feitas com centenas de organizações não-governamentais, dando-lhes o direito de enviar observadores às reuniões do Conselho e, em alguns casos, a apresentar exposições orais e escritas. Embora essas consultas não tenham produzido resultados extraordinários, há que se reconhecer que proporcionam um meio de comunicação útil entre a ONU e a opinião pública internacional.<sup>13</sup> (grifo nosso)

Ressalte-se que este meio de comunicação abre um caminho por onde os indivíduos, através das organizações não-governamentais, podem penetrar na realidade da Organização das Nações Unidas, e ver suas propostas por ela serem analisadas e, muitas vezes, colocadas em prática.

Ademais, essa abertura demonstra a necessidade da ONU de uma efetiva participação e iniciativa privada para alcançar seus nobres objetivos, comprovando que não se deve aguardar uma atitude isolada do poder público, mas sim apresentar sugestões de solução para os problemas que a humanidade enfrenta.

Dessa forma, com o intuito de retirar as letras da Carta das Nações Unidas do papel, que, assim, configuram apenas a intenção dos membros da Organização, e transformá-las em realidade, apresenta-se a inovadora proposta

---

<sup>13</sup> JO, Hee Moon. *Introdução ao Direito Internacional*. São Paulo, LTR, 2000. p. 324

da Economia de Comunhão, a qual concretiza, efetivamente, os termos dos artigos 1º, item 3, e 55, letra b.



## **CAPÍTULO 3**

### **A ONU**

### **&**

### **A ECONOMIA DE COMUNHÃO**

#### **3.1 Introdução**

A Organização das Nações Unidas, conforme já mencionado, se propõe, no artigo 1º, item 3, de sua Carta, a conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico e social; reforçando tal propósito no artigo 55, letra b, do mesmo documento, quando afirma que as Nações Unidas favorecerão a solução dos problemas internacionais econômicos e sociais.

Assim sendo, depois de aprofundada análise e reflexão sobre todos os aspectos (surgimento, princípios, significado, propósitos, experiências em curso) da Economia de Comunhão, pode-se, facilmente, visualizar e afirmar que os objetivos deste projeto e aqueles descritos na Carta das Nações Unidas são perfeitamente coincidentes, no que tange à busca de uma solução para os problemas econômicos e sociais do mundo.

Saliente-se, ainda, a identidade da característica de universalidade tanto da ONU como da Economia de Comunhão, uma vez que ambas são regidas por princípios universais, aplicáveis em diferentes contextos econômicos, políticos, sociais e culturais.

Neste momento, portanto, apresentar-se-á a forma de interligação entre a realidade micro-econômica das empresas do projeto da Economia de Comunhão e a realidade macro-econômica da Organização das Nações Unidas, bem como o relacionamento já existente entre elas.

### **3.2 As Organizações Não-governamentais e a ONU**

As organizações não-governamentais (ONGs) são organizações civis, de pessoas, que visam à satisfação dos interesses coletivos comunitários internacionais, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade internacional. Trabalham para a formação de opiniões públicas internacionais, pretendendo orientar a política internacional para o interesse comunitário. Por isso, a Organização das Nações Unidas demonstra grande interesse na participação das ONGs em seus assuntos.

Dessa forma, com a finalidade de aprofundar a reflexão iniciada no Capítulo I, sobre a importância da participação das ONGs na ONU, faz-se oportuna a leitura da redação do artigo 71 da Carta das Nações Unidas, o qual abre as portas para o envolvimento dessas organizações:

O Conselho Econômico e Social poderá entrar nos entendimentos convenientes para a consulta com organizações não-governamentais, encarregadas de questões que estiverem dentro de sua própria competência. Tais entendimentos poderão

ser feitos com organizações internacionais e, quando for o caso, como organizações nacionais, depois de efetuadas consultas com o Membro das Nações Unidas interessado no caso.<sup>14</sup>

Assim sendo, conforme mencionado anteriormente, o órgão da ONU que pode consultar as organizações não-governamentais é o Conselho Econômico e Social – ECOSOC.

Em 1948, com o objetivo de facilitar o diálogo entre as ONGs e a ONU, foi criada a Conferência das Organizações Não-Governamentais em Estatuto Consultivo com o Conselho Econômico e Social (CONGO).

Ainda, para a realização das consultas, o ECOSOC criou um sistema de classificação das ONGs, pela Resolução 288B de 1950, a qual foi modificada pela Resolução 1.296 de 1968. Este documento é considerado uma carta oficial que regulamenta as relações entre a ONU e as ONGs.

Celso de Albuquerque Mello, em sua obra ‘Curso de Direito Internacional Público’, explica, claramente, referido sistema de classificação, qual seja:

O CES criou três categorias: A, B e C. A “A” é formada por aquelas organizações que têm um interesse fundamental na maioria das atividades do CES. Elas podem: 1) enviar representantes e apresentar comunicações ao Conselho e Comissões; 2) fazer declarações; 3) incluir um tema no programa provisório do Conselho. A “B” é formada por aquelas que se interessam em alguns aspectos das atividades do Conselho. Elas podem apresentar comunicações escritas e fazer declarações

---

<sup>14</sup> Op. cit. in 21. p. 69

perante o Comitê encarregado das organizações não-governamentais e perante as Comissões. As da categoria “C” são aquelas que contribuem para os trabalhos do Conselho por meio de consultas especiais que lhes são dirigidas. Estas se encontram registradas no Secretariado e são as mais numerosas.<sup>15</sup>

Logo, todas as organizações não-governamentais que desejarem obter este *status* consultivo na ONU devem passar por um processo de seleção. Inicialmente, a ONG deve enviar uma carta de intenções à Seção das ONGs, do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais. Assim que a Seção receber a carta de intenções, mandará um questionário e todo material necessário para o requerimento, os quais deverão ser preenchidos e devolvidos à Seção.

A Seção analisará o pedido e, se necessário, entrará em contato com a ONG para obter maiores esclarecimentos sobre as informações fornecidas. Finda a revisão do pedido, este será submetido ao Comitê das ONGs.

Vale ressaltar que, dentre os diversos requisitos para a obtenção do *status* consultivo, destacam-se os seguintes:

- as atividades da ONG devem ser relevantes ao trabalho do ECOSOC;
- a ONG deve ter um mecanismo democrático de decisão;
- a ONG deve existir (oficialmente registrada) por, no mínimo, 2 anos;
- a maior parte dos fundos da ONG deve ser derivada de contribuições de associados nacionais, membros individuais ou outros componentes não-governamentais.

---

<sup>15</sup> Op. cit. in 20. p.598.

O Comitê se encontra duas vezes por ano para decidir quais ONGs recomendará ao ECOSOC. Estas recomendações são publicadas em um relatório e analisadas pelo Conselho para aprovação final, quando será concedido o *status* consultivo à ONG, a qual será notificada oficialmente. A partir de então, a organização deverá apresentar ao Comitê, a cada quatro anos, um relatório de suas atividades, principalmente, de suas contribuições aos trabalhos das Nações Unidas.

Imperioso se faz, portanto, o reconhecimento de que as organizações não-governamentais com *status* consultivo proporcionam um útil e valioso meio de comunicação entre a opinião pública internacional e a ONU, resultando, muitas vezes, em inúmeras oportunidades de concretização de projetos que visam à melhoria das condições de vida da população mundial.

### 3.3 *New Humanity*<sup>16</sup> e a ONU

*New Humanity* é a organização não-governamental com *status* consultivo especial que representa o Movimento dos Focolares junto ao Conselho Econômico e Social da ONU.

Esta ONG foi fundada em 1985 e, desde então, vem promovendo inúmeras obras sociais nos países em que o Movimento está presente. Inicialmente, recebeu a denominação de ‘Bureau Internacional da Economia e Trabalho’, sendo modificada, posteriormente, para *New Humanity*. Sua sede está localizada na cidade de Nova Iorque, EUA.

---

<sup>16</sup> Todas as informações a respeito de *New Humanity* foram extraídas de relatórios produzidos por seus membros dirigentes e arquivados em seu escritório central, na cidade de Nova Iorque, EUA.

No ano de 1987, o ECOSOC concedeu à organização o *status* consultivo, dando início, com isso, ao frutífero relacionamento com a ONU, o qual se intensifica a cada ano.

Este canal existente entre a *New Humanity* e o ECOSOC é de extrema importância, uma vez que foi por meio dele que a Economia de Comunhão pode ser apresentada à ONU.

Em março de 1998, uma delegação de membros da *New Humanity* apresentou, pela primeira vez, a Economia de Comunhão aos representantes das Nações Unidas, John Langmore, diretor da Divisão de Políticas Sociais para o Desenvolvimento e Zehra Hydin, da Divisão para o Desenvolvimento Sustentável, do ECOSOC. Esta última se interessou principalmente pelos documentos sobre a ‘cultura da partilha’ e suas implicações econômicas e antropológicas.

Após dois anos, o Departamento da Informação Pública para as ONGs reconhecidas pela ONU encarregou a *New Humanity* de organizar um seminário no âmbito da ‘Conferência Anual sobre a Globalização’, que se realizou em 28 de agosto de 2000, no Palácio das Nações Unidas, em Nova Iorque. Nesta ocasião, representantes americanos da organização apresentaram a Economia de Comunhão, junto com empresários que participam do projeto. Além disso, também foi exposto o problema da especulação financeira, propondo a cobrança de um imposto sobre movimentos internacionais de capitais – ‘Taxa Tobin para os pobres’, bem como um projeto de lei do senador italiano Ivo Tarolli, sobre a cooperação internacional.

As propostas geraram tal impacto nos diretores da ONU Guido Bertucci,

da Divisão de Administração Pública e Gestão do Desenvolvimento, e John Langmore, que eles convidaram *New Humanity* a promover, como o patrocínio da ONU, um encontro entre as principais organizações da sociedade civil internacional, ou seja, um Congresso Internacional sobre o tema Globalização e Solidariedade, tendo em vista a reunião dos oito países mais industrializados – G8, que se realizaria em julho de 2001, em Gênova, Itália.

O objetivo era identificar formas de globalização que evitem os aspectos negativos que acompanham o atual modelo globalizado, como a concentração da riqueza produzida nas mãos de poucas pessoas ou empresas, a pouca atenção para com o meio-ambiente e os desequilíbrios econômicos e sociais que provocam enormes migrações e expõem milhões de pessoas ao risco de vida, a fim de que fossem elaboradas propostas a serem levadas à mesa de negociações do G8.

Logo, em junho de 2001, o congresso foi realizado e constituiu mais uma oportunidade na qual o projeto da Economia de Comunhão e seus princípios serviram de modelo de cultura e ação econômica voltada ao bem comum. Ao final, foi elaborado um documento – Documento de Gênova, permeado de referidos princípios, contendo propostas concretas aos governos, à sociedade civil e à comunidade empresarial, visando à solução dos problemas econômicos e sociais que afligem a sociedade moderna. Este documento foi recebido com grande interesse pelas Nações Unidas e efetivamente entregue aos representantes do G8.

Ademais, seguindo a recomendação dada pelo diretor da ONU, John Langmore, durante o Congresso de Gênova, representantes da Economia de Comunhão participaram das duas Sessões do Comitê Preparatório à Conferência

Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento da ONU (*Financing for Development*), realizadas em outubro de 2001 e em janeiro de 2002, em Nova Iorque. O Sr. Langmore disse que *New Humanity* daria importantes contribuições ao processo de formação de consenso entre os participantes, especialmente, as ONGs que trabalham na ONU, bem como ao conteúdo do documento a ser escrito pelo comitê e apresentado na Conferência, em março de 2002, em Monterrey, México.

De fato, esta conferência representa uma oportunidade única para lidar com as mais profundas raízes da pobreza e da injustiça, visto que envolve, diretamente, os estados-membros da ONU e os protagonistas da economia global: o Banco Mundial, o FMI, a OMC, a comunidade empresarial e organizações da sociedade civil – ONGs. Ela é vista como um grande passo em direção aos objetivos da ‘Millennium Declaration’ da ONU, que visa à redução pela metade da pobreza mundial até 2015.

Nesses eventos, *New Humanity* pôde apresentar e divulgar as idéias da Economia de Comunhão a todos os participantes. Foi uma excelente oportunidade para conhecer membros da comunidade das ONGs e para criar relacionamentos, além de entrar em contato com aqueles que possuem propostas semelhantes, a fim de desenvolverem idéias juntos.

Na versão final do documento, diversas propostas foram feitas, dentre elas, a necessidade de investimento por parte de empresas em questões sociais e um apoio mais efetivo às iniciativas dos países pobres altamente endividados. Nota-se, portanto, uma forte influência dos princípios da Economia de Comunhão nestes pontos.



Apesar de se ter consciência de que estão em jogo muitos interesses dos países desenvolvidos e, dificilmente, eles darão espaço a iniciativas sociais e solidárias, o positivo está no fato de que está aberto o canal de comunicação pelo qual são lançadas as novas propostas.

No dia 29 de abril de 2002, Joe Klock e Luigino Bruni, dois membros da diretoria de *New Humanity*, participaram de uma reunião na sede da ONU, em Nova Iorque, onde se encontraram com Johan Scholvinck, substituto de John Langmore, Sergei Zelenev e Guido Bertucci, todos da Divisão de Políticas Sociais e do Desenvolvimento do ECOSOC.

Nesta ocasião, discutiram profundamente sobre a Economia de Comunhão, concluindo que ela é realmente uma experiência exemplar. Acrescentaram, ainda, os representantes da ONU, que, para uma maior difusão do projeto, é necessário um esforço no sentido de inserir grandes empresas e multinacionais, mundialmente conhecidas, que se comprometam com a proposta.

O interesse foi tão grande que Guido Bertucci expressou o desejo de se encontrar com especialistas da Economia de Comunhão, para aprofundar o tema; frisando que a organização deve multiplicar, cada vez mais, essa experiência, para que um número maior de pessoas possa se beneficiar dela.

Disse, também, que, com o apoio da ONU, o projeto assumiria um peso e uma dimensão internacional e institucional e, para tanto, gostaria de organizar um encontro com o Secretário Geral das Nações Unidas, Koffie Anan, para apresentar a proposta.

Para Joe Klock e Luigino Bruni, essa reunião foi mais uma comprovação da idealidade que existe dentro dos seres humanos e, especificamente, daqueles representantes da ONU, os quais, acreditam, se propuseram a ajudar, da forma que conseguiam, uma vez que a *New Humanity* não estava ali para pedir ajuda financeira ou para defender os próprios interesses, mas sim para lhes doar essa nova realidade de efetivação de seus objetivos.

Ao final, convidaram um representante da *New Humanity* para participar de um Congresso das Nações Unidas para especialistas em “Cooperação Nacional e Internacional pelo Desenvolvimento Social”, a se realizar em Copenhague, na Dinamarca, em junho de 2002.

O tema do congresso foi “A responsabilidade social do setor privado e a procura de parcerias para o desenvolvimento social”, e o objetivo, a elaboração de um plano de trabalho das Nações Unidas no âmbito do desenvolvimento social, para os anos de 2003 e 2004, a fim de apresentá-lo ao Conselho Econômico e Social.

Dentre os tópicos discutidos, destacam-se os seguintes: o papel dos empreendimentos sociais e o desenvolvimento social – obstáculos e limites enfrentados por estes empreendimentos; a inserção do setor privado na busca de solução para o desenvolvimento social; a promoção de responsabilidade social em pequenas e médias empresas; o papel dos governos, das organizações internacionais e da sociedade civil no estabelecimento de princípios, modelos e políticas; as experiências em curso e o que elas ensinam.

Durante o congresso, Sergei Zelenev, do ECOSOC, convidou o representante da *New Humanity*, Leo Andringa, para apresentar a Economia de

Comunhão aos outros 25 especialistas.

Após a apresentação, Leo Andringa concluiu que, através da experiência da Economia de Comunhão, eles entenderam que a solidariedade não se encontra mais na margem, mas, no centro da economia, e que a geração de riquezas não deve ser o objetivo final, mas sim, um meio de ajudar os pobres, o que levou a discussão a um nível mais profundo e existencial.

Vale ressaltar o comentário feito pelo Diretor de Desenvolvimento Social do Banco Mundial em Washington, Steen Jorgensen, que declarou que a experiência da Economia de Comunhão, em princípio, resolve todos os problemas econômicos e sociais.

Constata-se, portanto, que a Economia de Comunhão atinge, exatamente, o âmago da questão, preenchendo as lacunas e oferecendo as respostas continuamente buscadas e desejadas.

## **CAPÍTULO 4**

### **O TRABALHO DE CONCRETIZAÇÃO – RUMO À SOLUÇÃO**

Como se pode depreender das explanações acima realizadas, a interação existente entre a ONU e a Economia de Comunhão encontra-se, ainda, em uma fase inicial, a qual, de forma alguma, deve ser obstada, sendo, então, necessário dar a devida continuidade ao desenvolvimento e aprofundamento das relações, a fim de se alcançar a concretização dos objetivos por ambas almejados.

É, portanto, neste momento, que se faz imprescindível a atuação efetiva da Organização das Nações Unidas, no sentido de promover ações conjuntas, não somente com o setor público, mas também com o setor privado.

No que tange ao setor privado, deve-se desenvolver uma forma de conscientizar, tanto as grandes empresas, que têm inúmeras capacidades e recursos, como os pequenos e médios negócios, da importante e fundamental contribuição que podem dar à erradicação da pobreza e ao combate à exclusão social, na medida em que colocam em prática a sua responsabilidade social.

Muitos empresários devem, ainda, ser convencidos de que essa proposta

de agir socialmente responsável ultrapassa uma simples questão de promover a imagem da empresa, consistindo na integração de novos princípios em sua política interna.

Neste ponto, a ONU apresenta a Economia de Comunhão como modelo a ser seguido e multiplicado, utilizando-se de todos os seus meios e recursos para inserí-lo em programas de desenvolvimento, a fim de divulgar e internacionalizar ao máximo o projeto, aumentando, proporcionalmente, o número de empresas aderentes e o número de pessoas ajudadas, diminuindo, conseqüentemente, a quantidade de necessitados no mundo. Dessa forma, está traçado o caminho a ser percorrido, sendo que o rumo é a solução dos problemas econômicos e sociais internacionais.

É lógico que deverão ser levados em consideração os desafios e circunstâncias específicas de cada país, incluindo as locais condições econômicas, institucionais, culturais e outras, apesar do caráter universal do projeto.

Para isso, é preciso desenvolver um efetivo intercâmbio de informações. O trabalho deve focalizar em descobrir a melhor forma de transferir a experiência e o *know-how* dos empresários da Economia de Comunhão aos diferentes setores envolvidos, regiões, países e culturas, a fim de efetivar a proposta.

Assim, a sociedade civil está realmente cumprindo a sua missão, como atores e não espectadores, deixando de se limitar a esperar e pedir ajuda do setor público.

Entretanto, é imperioso que seja realizado um trabalho junto aos governos dos Estados-membros, uma vez que o setor privado, assumindo sua responsabilidade social, não substitui ou isenta os governos de suas responsabilidades.

Nesse sentido, o empresário Alberto Ferrucci, presidente de *New Humanity*, cita as palavras do professor Stefano Zamagni, da Universidade de Bolonha, ao tratar dos desafios da Economia de Comunhão no século XXI:

[...] para levar à humanidade o dom da EdC é necessário que o projeto supere o estado de “massa crítica”, além do qual o seu desenvolvimento torna-se automático; para que a EdC influencie a sociedade, é preciso que estabeleça um diálogo com as outras experiências semelhantes e com o mundo político, a fim de que suas inovações também sejam transformadas em leis capazes de influenciar a sociedade[...]<sup>17</sup> (grifo nosso)

Dessa forma, percebe-se quão importante é o papel dos governos na promoção da responsabilidade social do setor privado, na medida em que são capazes de criar um ambiente adequado para a atuação das empresas e agir como facilitador das relações. Este papel engloba política, estruturas institucionais, legislação, instituição de um tratamento fiscal diferenciado, pois reconhecem a função social dessas empresas, e reconhecimento público, em todos os níveis, a fim de promover maior participação do setor privado na contribuição ao desenvolvimento social e econômico.

---

<sup>17</sup> FERRUCCI, Alberto. EdC: os desafios do século XXI. *Economia de Comunhão – uma nova cultura*. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, n. 14. p.4.

Além disso, faz-se necessário que as Nações Unidas insiram estes princípios de responsabilidade social apresentados pela Economia de Comunhão no contexto de suas normas legais internacionalmente reconhecidas, de seus tratados e acordos, e se esforcem para conseguir a adesão dos Estados-membros, com o intuito de se aproximar do resultado esperado.

Assim sendo, promovendo-se a Economia de Comunhão, com um intenso trabalho junto aos setores privado e público, para que tomem atitudes pró-ativas numa mesma direção - a resolução dos problemas econômicos e sociais internacionais - ter-se-á a realização dos objetivos descritos nos artigos 1º, item 3, e 55, letra b, da Carta das Nações Unidas.

Para finalizar, vale transcrever a opinião de três celebridades:

Hans Burkard, professor da Universidade de Medellín:

Neste contexto, as pequenas ou grandes realizações da Economia de Comunhão adquirem um significado todo especial: são a realização do que a ONU postula. Nasceram para combater a pobreza, utilizando novos métodos de produção e empenhando-se ativamente na formação de “homens novos” e de uma cultura nova, trazendo assim uma mudança nos padrões de consumo.<sup>18</sup>  
(grifo nosso)

Luiza Erundina de Sousa, deputada federal do Brasil:

Estimulando o envolvimento da sociedade civil para sustentar esta iniciativa, criam-se as condições para garantir o seu sucesso. Essas propostas, que visam a novos paradigmas para a economia

---

<sup>18</sup> BURKARD, Hans. Desenvolvimento sustentável e Cultura da partilha. *Economia de Comunhão – uma nova cultura*. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, n. 9. p.8.

mundial, exigem o apoio de uma política orientada pelos mesmos ideais de justiça, de solidariedade e de unidade [...] num caminho rumo a um mundo mais justo, mais fraterno e unido.<sup>19</sup>

John Langmore, Diretor da Divisão de Políticas Sociais para o Desenvolvimento do ECOSOC:

Podemos ter esperança de que, daqui a uma geração, muitas dessas propostas e reformas tenham sido realizadas e parecerá anacrônico tê-las discutido. A tarefa daqueles que possuem profundas convicções é a de articular visões simples, projetar as complexas políticas necessárias para realizar tais propostas e oferecer uma execução competente.

Os especialistas, a mídia e as organizações que se interessam por esses problemas conseguirão derrotar as elites plutocráticas, pois fundamentarão o próprio trabalho em valores morais e espirituais fundamentais, e responderão às exigências e às necessidades da maioria da população.<sup>20</sup>

---

<sup>19</sup> BERTUCCI, Roberto. Comentários sobre o “Documento de Gênova”. *Economia de Comunhão – uma nova cultura*. Vargem Grande Paulista, Cidade Nova, n. 14. p.17.

<sup>20</sup> Idem Ibidem.



## **CAPÍTULO 5**

### **CASOS PRÁTICOS<sup>21</sup>**

Para se propor, com sucesso, a Economia de Comunhão, faz-se mister uma demonstração empírica dessa realidade, ou seja, não basta discorrer sobre a teoria do projeto e afirmar, de forma ingênua e infundada, que sua realização é possível, sem que se apresente fatos concretos e experiências em curso, capazes de atestar sua efetivação e eficácia.

Em princípio, vale salientar que fazem parte do projeto, tanto empresas que nasceram após o lançamento da proposta da Economia de Comunhão, e vivem, desde o início, em conformidade com os seus princípios, quanto aquelas já existentes, que, ao tomarem conhecimento, aderem ao projeto, modificando o próprio estilo de gestão empresarial.

Atualmente, o projeto já reúne 769 empresas, que atuam em diversos setores da economia, em vários países do mundo. Faz-se necessário ressaltar que algumas dessas empresas situam-se em Pólos Empresariais da Economia de Comunhão (até hoje, existem 4 pólos), os quais se localizam em São Paulo (Brasil), Buenos Aires (Argentina), Nova Iorque (EUA) e Florença (Itália).

---

<sup>21</sup> Todos os dados e informações apresentadas neste Capítulo foram fornecidos pelo Escritório Central da Economia de Comunhão, Roma, Itália, 2002.

O Pólo Industrial de São Paulo é chamado de “projeto piloto” ou “farol”, por ser o mais desenvolvido de todos, sendo considerado modelo a ser seguido.

Com o intuito de analisar o contínuo crescimento do número de empresas ao longo dos anos e em quais setores elas atuam, serão apresentados, a seguir, quadros contendo os dados mais recentes a esse respeito.

### QUANTIDADE DE EMPRESAS

CONTINENTES	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
<b>EUROPA</b>	132	161	208	336	430	448	477	478	469	481
<b>ÁSIA</b>	10	19	23	23	32	37	35	36	38	40
<b>ÁFRICA</b>	0	1	2	6	14	11	15	11	13	9
<b>AMÉRICA</b>	99	144	166	184	220	244	220	221	217	224
<b>AUSTRALIA</b>	1	3	3	5	7	7	7	15	15	15
<b>TOTAIS</b>	<b>242</b>	<b>328</b>	<b>402</b>	<b>554</b>	<b>703</b>	<b>747</b>	<b>754</b>	<b>761</b>	<b>752</b>	<b>769</b>

Fonte: Escritório Central da EdC

## SETORES DE ATUAÇÃO

<b>COMÉRCIO</b>	Decoração	28	
	Alimentação	27	
	Mobílias	13	
	Autos	3	
	Livros	8	
	material fotográfico	1	
	material de informática	5	
	material sanitário	19	
	materiais vários	52	
<b>Total comércio</b>			<b>156</b>
<b>PRODUÇÃO</b>	Decoração	19	
	Agrícola	28	
	Alimentar	35	
	Móveis	17	
	artigos vários	26	
	construção civil	25	
	Gráfica	12	
	Médica	1	
	indústria mecânica	16	
	Plástica	5	
	Vídeo	3	
	Vários	7	
<b>Total produção</b>			<b>194</b>
<b>SERVIÇOS</b>	Consultoria	73	
	Contabilidade	6	
	Fotográficos	1	
	Informática	24	
	Jurídicos	9	
	Manutenção	18	
	Médicos	58	
	Projetos	14	
	Restauração	4	
	Escolares	38	
	Telefônicos	1	
	Elétricos	10	
	Transportes	2	
	Eletrônicos	1	
	Turísticos	13	
	Vários	71	
<b>Total serviços</b>			<b>343</b>
<b>Outras empresas</b>			<b>76</b>
<b>TOTAL EMPRESAS</b>			<b>769</b>

Além deste crescimento numérico, as próprias empresas também crescem e se desenvolvem, ao adotarem os princípios propostos pela Economia de Comunhão. Como exemplo, podem ser citadas duas empresas Filipinas. A primeira é o Banco Rural Filipino Kabayan, que empregava 25 funcionários, quando passou a ser dirigido por acionistas vinculados à Economia de Comunhão. Em cinco anos, subiu, pelo volume de depósitos, do 123º ao 3º lugar entre os bancos rurais do país. Além disso, abriu oito filiais, empregando cerca de 150 funcionários, e conseguiu sobreviver à crise financeira asiática de 1998, em virtude do clima de confiança criado no interior da empresa e ao seu redor.

O segundo exemplo é a Giacomino's Pizza (Itália), criada com a intenção de colaborar com o projeto da Economia de Comunhão. Após cinco anos, já empregava 360 funcionários, distribuídos em 60 filiais.

Constata-se, ainda, que o empresário é levado a colocar, ao lado do objetivo do lucro, a meta da criação de postos de trabalho, quando o verdadeiro objetivo de seu agir econômico passa do interesse pessoal a uma função social.

Neste momento, com o escopo de penetrar na realidade dos empresários da Economia de Comunhão, serão transcritos trechos de entrevistas por eles concedidas, nas quais relatam o significado dessa experiência e como procuram colocar em prática, nas diversas situações, esse novo modo de agir econômico.

**1) Prodiet Farmacêutica Ltda.**, distribuidora de medicamentos, localizada em Curitiba – PR – Brasil. Entrevistado: Armando Tortelli.

“Entendi, então, que deveria remodelar a empresa, uma vez que a Economia de Comunhão criou em mim uma nova mentalidade, clara, concreta.

Mostrou-me um novo agir econômico.”

“Nasceu um novo relacionamento com os concorrentes. Eu tinha sido treinado por empresas multinacionais que consideram o concorrente alguém a ser literalmente eliminado. No entanto, entendi que o concorrente está no mercado e vai ter uma fatia do bolo. É alguém com quem devemos conviver. Entendi que o centro de toda a atividade econômica é o ser humano. Quem está por trás de um concorrente? O ser humano, o homem. Quem está por trás do fornecedor? O homem. Quem está por trás de um funcionário? O homem. O homem está no centro de tudo.”

“A Prodiel deixava de ser um simples meio de subsistência e se tornava um instrumento para gerar novos empregos e oferecer um serviço à comunidade através da comunhão de uma parte dos lucros.”

Armando diz que realmente trabalham “de um modo muito profissional, para ganhar dinheiro, porque só ganhando dinheiro é que podemos dividi-lo.”

“Apesar disso, surgiram muitas oportunidades para ganhar dinheiro fácil, principalmente com a compra de medicamentos de origem duvidosa. Recebemos inclusive propostas de compra de remédios subdosados, mas a nossa postura foi sempre aquela de trabalhar de acordo com a ética.”

“Enfrentamos cotidianamente os problemas que todos enfrentam; não gozamos de nenhum benefício ou de nenhuma vantagem; somos empresários que lutam como todos [...] Posso testemunhar, porém, que a Economia de Comunhão produz frutos e realiza o empresário.”

“Para concluir, posso dizer que o fim social que caracteriza a Prodiet me leva a considerá-la não uma propriedade privada, mas sim um patrimônio da humanidade.”

**2) Eco-Ar Indústria e Comércio Ltda.**, fabricante de produtos de limpeza, localizada em Cotia – SP – Brasil. Entrevistada: Ercília Teixeira Fiorelli.

“Temos inúmeras experiências para contar. Uma, por exemplo, foi com um fornecedor com o qual rompemos o contrato de fornecimento por termos conseguido preços melhores no mercado. Tempos depois ficamos sabendo que tanto a empresa quanto seus proprietários passavam por grande dificuldade financeira (a Eco-Ar era um dos clientes que a sustentavam), a ponto de faltar o essencial dentro de suas casas. Estávamos diante de uma situação real: por um lado, uma empresa para viabilizar e dar lucro; por outro, um homem, uma pessoa humana. Ligamos, então, para ele, dizendo que estávamos abertos para uma conversa e que poderíamos buscar novos caminhos para continuar trabalhando juntos, porém com outro preço. Ele ficou muito contente com essa nossa abertura e procurou meios para baixar os custos de sua empresa.”

“Nós entramos em grandes redes de mercados por meio de uma empresa de representação que veio nos procurar. [...] “O que nos traz até aqui é a referência da seriedade de vocês. Estamos saindo de uma empresa que não tem ética; tudo é ilícito lá dentro. Queremos trabalhar com pessoas sérias”.”

“Experimento uma realização muito grande em trabalhar por algo novo, por um sistema que eu acredito que será um sistema novo. E isso é realmente gratificante!”

**3) Policlínica Ágape Ltda.**, clínica médica, odontológica e laboratorial, localizada em Vargem Grande Paulista – SP – Brasil. Entrevistada: Darlene Ponciano Bonfim.

“Outro aspecto desafiador da nossa experiência é o gerenciamento participativo. Na prática, temos verificado que é um processo exigente, que requer muita escuta, compreensão e acolhida recíprocas, além da completa renúncia a interesses pessoais.”

“São de grande significado as experiências que temos feito no campo da ética. De modo particular, destaco a nossa recusa ao suborno, à concessão de privilégios e à sonegação de impostos. A relação com os concorrentes é outra face desta mesma questão. Neste âmbito, temos procurado sustentar uma prática pautada no estabelecimento de relações respeitadas e solidárias e que sabe se impor nas circunstâncias adversas. No ano passado, por exemplo, uma empresa na área de convênios médicos nos pressionou a fim de não credenciarmos outra empresa do mesmo ramo sob pena de termos o nosso contrato rescindido. Conscientes de que nos encontrávamos numa trincheira de interesses mercadológicos, mantivemos nossa posição de não compactuarmos com a concessão de privilégios e, ainda assim, tivemos o contrato garantido.”

“Com o passar do tempo, percebemos que esta prática vem causando um forte efeito na comunidade local, propiciando aos usuários o reconhecimento da identidade que nos distingue como atividade empresarial no campo da saúde.”

“A possibilidade da distribuição do lucro para os pobres, segundo os critérios da Economia de Comunhão, é um componente que torna a idéia fascinante.”

**4) La Túnica Confecções Indústria e Comércio Ltda.**, indústria de confecção, localizada em Cotia – SP – Brasil. Entrevistada: Maria do Carmo Gaspar.

“A nossa primeira preocupação foi gerar emprego, criando postos de trabalho para as pessoas da redondeza, no esforço de colocar o homem no centro da atividade econômica.”

“É interessante notar o que significa para as nossas funcionárias trabalhar na La Tunica. Uma delas, há pouco tempo, afirmou: “Conheço a realidade da Economia de Comunhão e me sinto gratificada por trabalhar na La Tunica. Eu também sou pobre e tinha um grande desejo de ajudar os pobres, mas não podia. Trabalhando nesta empresa, eu sei que estou colaborando para ajudar os pobres. Aqui na La Tunica, nós nos sentimos todos iguais, existe o relacionamento de respeito entre patrão e empregado, nós somos uma única família, sabemos dividir tudo nas horas certas”.”

**5) FEMAQ S.A.**, indústria de fundição, localizada em Piracicaba – SP – Brasil. Entrevistados: Rodolfo e Henrique Leibholz.

“Já dávamos aos funcionários participação nos lucros e benefícios concretos, além da prioridade à ética no relacionamento com fornecedores e clientes e com o Estado. Quando Chiara lançou a Economia de Comunhão, o modelo se completou. A empresa entrou num projeto econômico solidário voltado para toda a sociedade.”

“Quando as decisões partem de profissionais bem formados e comprometidos com uma abordagem antropológica, que coloque em primeiro



lugar o homem, estamos diante de uma nova cultura. Cabe ressaltar que, ao priorizar o homem, estaremos priorizando o trabalho produtivo e a família humana, já que é através do homem, com o homem e para o homem que se constrói a *polis*.”

“Uma das características das empresas envolvidas com a Economia de Comunhão é o esforço de reduzir, a ponto de eliminar, os prejuízos causados ao meio ambiente. A Femaq recebeu, em junho, o certificado de participação Prêmio de Mérito Ambiental 2001, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).”

“Esta cultura do compartilhar é de difícil mensuração. Não a conseguiríamos definir com precisão, uma vez que estaríamos medindo conhecimentos e valores ilimitados com valores limitados. Ao mesmo tempo, poderíamos dizer que temos uma nova visão da Economia. Esta visão nos proporciona um salto em qualidade, porque passamos a lidar com valores conhecidos em determinados ramos da natureza humana. Na estrutura adotada, tomamos como referência a família, onde “compartilhar” é uma atitude comum. Desse modo, pode-se dizer que os sistemas nos quais estamos inseridos prevalece uma cultura do “ter” na busca pelo “poder”, não acrescentando nada de novo na estratificação da pirâmide social. Assim, acreditamos que na cultura do “compartilhar” (...) poderíamos trilhar caminhos ainda não trabalhados ou enfatizados da capacidade humana e aí concretizar novos rumos para uma economia do futuro.”

**6) Ancilla Enterprise Development Consulting**, empresa de consultoria empresarial, localizada em Tagaytay – Filipinas. Entrevistada: Tita Puangco.

“Além dos resultados econômicos, o que nos deixa felizes é poder dar a nossa contribuição para os mais necessitados e para a formação de homens novos.”

“Criamos tarifas em proporção às possibilidades dos clientes. Por exemplo, cobramos uma tarifa mais alta de uma multinacional do que de um banco rural.”

**6) “La Bottega”**, empresa de construção civil, localizada em Buenos Aires – Argentina. Entrevistados: Raul Azar e Raul di Lascio.

“Nesses quatro anos de vida da nossa empresa, constatamos que os objetivos assumidos desde o início, ou seja, a primazia do homem sobre o capital, gerar empregos e colocar os lucros em comum, estão se concretizando. Percebemos que essa experiência transforma os nossos esquemas e, sem muito esforço, encontramos dentro de nós uma nova cultura.”

**7) Norma Maleandi S.R.L.**, laboratório de fabricação de produtos cosméticos, localizado em Buenos Aires – Argentina. Entrevistada: Maria Luz.

“Sempre senti uma grande dor por ver que existem muitos pobres. E não era suficiente fazer algo para eles só de vez em quando. A Economia de Comunhão me dá a oportunidade de trabalhar sempre por essa finalidade, já que parte dos lucros é dirigida aos mais necessitados. As pessoas que trabalham aqui se sentem parte do projeto da Economia de Comunhão e noto que isso nos leva a melhorar sempre mais o relacionamento entre nós.”

Como se pode depreender das palavras destes empresários, o principal

objetivo de suas atividades econômicas, de suas empresas, é contribuir para uma melhora nas condições sociais e econômicas daqueles que estão ao seu alcance. Isso porque, ao cumprirem a parcela que lhes foi confiada, estão cooperando para a realização do todo necessário, que consiste na busca de uma solução para os problemas econômicos e sociais hodiernos.

Assim sendo, para se obter uma visão integral e concreta da eficácia e efetividade da contribuição feita pelas empresas da Economia de Comunhão, faz-se necessária a reprodução de algumas respostas de agradecimento daqueles que receberam a ajuda econômica.

**1) Uma família do Iraque:** “Somos oito irmãs e um irmão. Papai está desempregado. Obrigada pela ajuda que nos envia, ajuda que salva a minha família da fome e da ignorância.”

**2) Uma família do Brasil:** “Antes de recebermos a ajuda, as paredes da nossa casa estavam ruindo, não havia assoalho e a janela do nosso quarto estava quebrada. Quando chovia, colocávamos um pano, preso por pedaços de madeira que o vento derrubava, deixando entrar chuva e frio. Agora a casa foi reformada e pode ser fechada: não temos mais medo de que alguém possa entrar e cometer algum mal contra nós.”

**3) Uma família da Croácia:** “A ajuda chegou sempre quando não tínhamos nem mesmo o pão e, durante o inverno, não tínhamos lenha para nos aquecer; ou então quando corríamos o risco de cortarem a nossa luz, porque não tínhamos conseguido pagar a conta.”

**4) Uma família do México:** “O nosso filho mais velho ficou doente e

precisou fazer um longo tratamento, mas não tínhamos condições para isso. A ajuda que recebemos nos deu a possibilidade de tratá-lo com um especialista.”

**5) Uma família da Sérvia:** “Temos três filhos e moramos numa pequena casa que tem um quarto só. Os meninos cresceram e gostaríamos de dar um quarto para eles. Antes, só meu marido trabalhava, mas, depois, também eu comecei a trabalhar no campo para que pudéssemos viver. Mas, recebemos a ajuda, com a quantia para construirmos mais um quarto na nossa casa, que é de pau-a-pique.”

**6) Uma família da Rússia:** “A minha filha devia começar a estudar, mas não tinha sapatos e nem um casaco para ir à escola. Agora, com a ajuda, pudemos comprar tudo, inclusive alguns cadernos.”

**7) Uma família do Congo:** “Um obrigado muito especial, porque com a ajuda que recebemos, os nossos filhos podem continuar estudando. Não sabíamos mais o que fazer nessa situação tão difícil de guerra, na qual muitas pessoas perderam o emprego e quem ainda trabalha, não recebe há meses.”

**8) Uma família da Eslováquia:** “Nesses últimos tempos a nossa situação econômica mudou radicalmente e ficou difícil cobrir as necessidades da nossa família de oito pessoas. Lembro-me do momento no qual precisei contar as últimas moedinhas para conseguir fazer as compras para o almoço daquele dia e, inesperadamente, chegou a ajuda.”

**9) Uma família do Uruguai:** “Quero agradecer pela grande ajuda que recebi: pude reformar o teto de casa e comprar remédios para o tratamento de minha filha. Agora a nossa situação econômica melhorou, portanto posso deixar

esta soma para os outros.”

**10) Uma família das Filipinas:** “Sou casada e tenho dois filhos. Nesse ano vou conseguir construir uma pequena cozinha atrás da nossa casa com o dinheiro que recebemos e que aprendi a administrar. Agora meu marido conseguiu um emprego e temos o suficiente para a nossa família. Podemos, então, passar a ajuda que recebemos para alguém que precise mais.”

Com essa atitude, de abertura e diálogo, procurando retribuir, de alguma forma, o que receberam, eles demonstram que, realmente, têm a sua dignidade pessoal preservada e respeitada.

Ainda, vale lembrar que, na Economia de Comunhão, ocorre uma doação bilateral, ou seja, os empresários doam parte de seus lucros aos necessitados, os quais, por sua vez, doam suas necessidades, configurando-se, dessa forma, a reciprocidade característica do projeto.

Por fim, é interessante mencionar que, no ano de 2001, 12.000 necessitados receberam ajuda do projeto da Economia de Comunhão. As empresas depositaram lucros para os necessitados e para a formação de homens novos nos montantes respectivos de U\$ 336,140.00 e U\$ 393,471.00. Ressalte-se, entretanto, que o número de necessitados cresce, a cada ano, numa proporção maior que a dos valores depositados, sendo, por isso, imprescindível o aumento do número de empresas aderentes ao projeto, para que mais pessoas possam ser ajudadas.